

Revista Portuguesa de Educação
Universidade do Minho
rpe@iep.uminho.pt
ISSN (Versión impresa): 0871-9187
PORTUGAL

2003

Marilúcia de Menezes Rodrigues

REVISITANDO A HISTÓRIA — 1980-1995: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA
PERSPECTIVA DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Revista Portuguesa de Educação, año/vol. 16, número 002

Universidade do Minho

Braga, Portugal

pp. 135-175

Revisitando a história — 1980-1995: a extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

Marilúcia de Menezes Rodrigues

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Centro Universitário do Triângulo — UNIT, Brasil

Resumo

O trabalho analisa a extensão como parte das discussões dos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, desde 1980. Atualmente, a atividade de extensão representa um desafio para as universidades. O Fórum considera esta atividade como parte do fazer acadêmico que deve ser entendido como um processo orgânico e contínuo. E nessa perspectiva a extensão passa a ser entendida como um processo educativo, técnico e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e comunidade

As Instituições de Ensino Superior e a emergência de uma nova força política

O contexto brasileiro dos anos 80 foi marcado por um movimento voltado ao fortalecimento do poder político, numa perspectiva democratizante, abrindo espaços de discussões, o que veio permitir, na área educacional, o surgimento de debates tanto no nível da sociedade política, quanto da sociedade civil, em função dos possíveis direcionamentos de diferentes projetos voltados a uma ampla reestruturação da política no âmbito da Educação. Esta década marcou o início de uma nova fase da Universidade do

ponto de vista da implementação da sua democratização e do fortalecimento da categoria docente. Nesse momento, novas discussões, a partir das IES (Instituições de Ensino Superior) começaram a acontecer, buscando a efetividade do processo de institucionalização bem como uma reformulação do conceito de extensão.

Neste contexto de discussões surgiu um novo espaço — o Fórum, local de agregação dos diferentes segmentos organizados com finalidades para aparecimento e defesa de propostas.

Este espaço que marca os anos oitenta é entendido como: “expressão de novas formas de agregação dos interesses da sociedade civil, principalmente através da atuação de entidades, aglutinando coletivos socialmente organizados e não apenas indivíduos, pioneiros ou notáveis, como nos anos 30, ou intelectuais ilustres da universidade, como nos anos 50” (Gohn, 1992: 213).

Reis (1992: 68) afirma que foi a partir de 1985 “com um novo quadro de forças emergentes” no país (eleição de dirigentes universitários pelo voto direto, sendo colocadas no poder pessoas comprometidas com uma Universidade mais voltada aos anseios da população) é que se inicia um novo entendimento da extensão universitária, passando a ser entendida como a articulação entre o ensino e a pesquisa.

Também, pode-se mencionar, já a partir de 1983, no âmbito da esfera política, a realização de outros Fóruns Nacionais. Nas Secretarias Estaduais de Educação, através de seus fóruns, foi criado o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED). Na esfera dos Dirigentes Municipais de Educação, os fóruns se consubstanciaram na União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Com relação ao primeiro, os objetivos foram centrados na busca de uma concretização do processo de descentralização do poder, no momento em que reivindicavam para os estados a autonomia de alocação de recursos e gestão orçamentária da educação. O segundo, pautava-se nos anseios de uma efetiva municipalização do ensino, dotando o município da capacidade de gerir os próprios recursos para a Educação.

Já na esfera civil, as entidades emergentes tiveram grande representatividade no nascimento e consolidação dos fóruns, dentre elas as

sindicais. Neste contexto, inclusas estão: a ANDES/SN (ligada aos docentes do ensino superior); a Confederação dos Trabalhadores da Educação (CNTE — 1º e 2º graus); a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEEs); a Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC). Com bandeiras de lutas retomavam o debate sobre as questões educacionais e, em seus espaços, as questões eram tratadas dentro de uma perspectiva crítica da educação e da produção científica.

A participação dos docentes, no final da década de 80, acontece de forma indireta, sobre a reivindicação da questão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e sobre as questões sociais da universidade. Estas discussões inserem-se num projeto maior, qual seja, a democratização da universidade brasileira.

De modo expressivo pode-se destacar, em 1987, a realização do Fórum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito. O documento deste evento representou a grande formulação unitária de uma política educacional, cuja expressão se encontra no aproveitamento de alguns dos princípios da Carta Magna do País.

Pode-se entender este espaço como um momento de junção de entidades diferenciadas, com propostas distintas, mas que, conseguiram, à duras penas, um momento de integração, com a formulação de uma plataforma educacional unitária para a Constituinte (Cardoso, 1989: parte V).

Três questões tem sido postas nas discussões dos Fóruns: conceituação, institucionalização e financiamento da extensão. Vale destacar que, a representação de cada IES foi muito variável, constituindo-se de Pró-Reitores, Coordenadores, Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, Pró-Reitores de Cultura, etc. E é sobre a ausência de uniformidade que os trabalhos do Fórum são desenvolvidos. Esta não uniformidade em relação ao lugar que a extensão ocupa no interior das universidades evidencia a gama de dificuldades quanto a sua institucionalização. Este é o ponto central do Fórum — a busca da construção de uma unidade.

Interessante é que, neste contexto de criação do fórum, havia uma grande necessidade de se conhecer a extensão. A fragilidade de

conceituação não criava condições efetivas para guiar a sua prática. As diferentes atividades eram tratadas como extensionistas e, muitas das vezes, desarticuladas da vida acadêmica. Obviamente, esta falta de clareza conceitual debilitava a posição da extensão na estrutura da universidade. Portanto, a primeira proposta do Fórum foi a de conceituação e a de contribuir para uma nova dimensão à extensão universitária.

A partir de 1985 destacam-se os Fóruns de Pró-Reitores das Universidades Brasileiras, iniciados através dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, vindo a constituir-se, segundo Madeira (1987: 216), em uma espécie de mecanismo de criação de um espaço próprio, de participação política para um segmento da administração das IES, preservando sua especificidade de fórum, sem perder o espaço do debate dos problemas relacionados às áreas de competência das Pró-Reitorias e de tornar-se portador de encaminhamentos e de pressões.

Em 1985, com as eleições dos dirigentes universitários, pelo voto direto, o compromisso assumido pelos novos reitores de colocar a universidade mais próxima dos anseios da população, e, com a legalização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Portaria do MEC nº 742/85), novas iniciativas surgiram no interior das universidades, que começavam a assumir uma postura própria para com a política de extensão, buscando ultrapassar a visão tradicional de prestação de serviços e de difusão cultural.

A sociedade brasileira, no contexto de democratização, provocou na universidade a redefinição de seu novo perfil, desencadeando novas direções no campo da extensão.

São exemplos dessas iniciativas:

Em dezembro de 1985, realizou-se em Manaus, o Encontro Nacional de Pró-Reitores da Região Norte. Neste evento, a temática versou sobre a integração da universidade no contexto regional, destacando a necessidade do estabelecimento do intercâmbio de experiências, através de seminários e encontros, buscando as diretrizes que poderiam fundamentar uma política comum de extensão. Neste momento, já se falava da necessidade de uma nova visão de sala de aula, atribuindo à extensão o papel de estreitar a relação pesquisa/ensino às necessidades da sociedade, num compromisso

com a construção e produção do conhecimento voltado à transformação social.

Em agosto de 1985, com Cristovan Buarque na Reitoria de Universidade de Brasília, inicia-se um trabalho conjunto entre UnB e sociedade, definindo compromissos e metas para a extensão universitária.

Num primeiro momento, buscou-se identificar, defender e explicitar novas posturas que pudessem embasar as ações dos professores e alunos, fora dos limites das salas de aula, oportunizando assim, o ensino e a aprendizagem na realidade, através de Núcleos Permanentes de Participação Coletiva e do Programa de Educação à Distância. Em segundo, procurou-se explicitar a integração Universidade com a Comunidade, no sentido de contribuir para a compreensão do verdadeiro sentido de cidadania.

Também neste mesmo ano, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, é elaborado o documento: “Da extensão Universitária-versão preliminar, uma proposta em discussão”, cujo teor foi retomado em 1987, e serviu de pressuposto básico para a definição do conceito de extensão, aprovado no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão. O sentido acatado entendia que a pesquisa e o ensino já eram historicamente considerados. Contrariamente, o mesmo não se dava com a extensão, que ainda não contava com uma política e um órgão responsável pelas atividades, projetos e programas.

Outras contribuições surgem em 1986, na Universidade Federal do Paraná, através de uma política de extensão voltada para a sociedade e preocupada com o processo ensino-aprendizagem, embora, nesse momento, não contasse, como as demais, com o apoio do MEC (Ministério da Educação e da Cultura).

Contudo, conforme relatório da Universidade Federal de Alagoas intitulado: “Extensão: saber e compromisso social”, de 1991, página 12/3, a gênese do Fórum Nacional acha-se na realização do I Encontro de Pró-Reitores das Universidade Públicas do Nordeste, em 1987, na cidade de Aracajú, momento em que foi implantado o projeto CUCA (Circuito Universitário de Cultura e Arte do Nordeste. O Circuito Universitário de Cultura e Arte do Nordeste tinha por objetivo propiciar, para fins de integração, a definição da política cultural das IES Nordestinas, comprometidas com as

raízes mais profundas da cultura nacional; promover a interação das ações das universidades nordestinas, através da circulação articulada e do aproveitamento dos bens culturais.

Assim, em meio aos debates e encaminhamentos, definiu-se a criação e a instalação do Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste, tendo em vista a busca de uma contribuição para a formulação de diretrizes básicas de uma política de extensão extensiva às universidades da região, bem como a busca do gerenciamento dos meios mais adequados para garantir a integração das ações extensionistas, via Pró-Reitorias de Extensão ou órgãos equivalentes.

Ainda em 1987 acontece o II Fórum de Pró-Reitores. Nesta ocasião, refletiu-se sobre a situação atual da extensão universitária nas IES do Nordeste, e as conclusões/reflexões foram expressas no documento: "Carta de Fortaleza", assim expressas:

Entende-se que, através da extensão, a universidade possa chegar à plenitude do seu papel social (...); sem o trabalho extensionista, o Ensino Superior não conduz as IES ao nível de sua verdadeira dimensão social (...); cabe à Extensão exercício do relacionamento Universidade/Sociedade, propiciar que a competência acadêmica estenda-se ao uso comum (...). A não institucionalização da extensão pelas próprias IES tem restringido o seu papel e essa é a questão fundamental que o Fórum de Pró-Reitores do Nordeste discute no momento.

Neste Fórum foram definidas posições claras. Exigiu-se que a extensão fosse realmente institucionalizada a partir dos departamentos, viabilizando a interdisciplinaridade dos trabalhos. Apontou-se a necessidade do financiamento, com a criação de um fundo de apoio à extensão, além de garantir o fomento de projetos e bolsas. Chegou ainda a mencionar um sistema de avaliação dos resultados para conferir à extensão um lugar de destaque no mundo acadêmico. Alertou sobre a necessidade da divulgação, como forma de fortalecimento de encontros e fóruns regionais e a criação de um Fórum Nacional.

Estas estratégias de ações iriam possibilitar o incremento do nível prático, e, ainda valeria para o aparecimento de uma pressão representativa junto aos órgãos oficiais.

Ainda em 1987, em Ouro Preto/MG, realizou-se um encontro com os Pró-Reitores das Universidades da Região Sudeste. Como documento final, “A Carta de Ouro Preto”, defendia a elaboração de encaminhamentos básicos para uma política de extensão, partindo de uma definição clara de conceito, institucionalização e de financiamento.

Em relação ao conceito, ficou entendido como “um processo educativo e cultural amplo, instrumentalizando e articulando o ensino e a pesquisa de forma indissociável, assumindo o compromisso com a função transformadora que a universidade deve ter”; como “via de mão dupla”, com facilidade de trânsito para docentes e discentes, oportunizando um momento de trabalho prático, além de ser “alavanca propulsora do trabalho interdisciplinar, o que permitiria a visão integrada do social” (Boletim — Universidade Federal de Minas Gerais, 1987: 4).

Entendeu-se, naquele momento, que a institucionalização da extensão aconteceria via instalação de órgãos nas IES, capazes de gerir os assuntos da extensão, se posicionando de modo igual aos níveis de ensino e da pesquisa. A operacionalização das atividades de extensão se efetivaria através dos departamentos, com pontuação para a progressão dos docentes. No nível externo, exigiu-se a criação de um órgão específico no MEC (Ministério de Educação e Cultura), com uma representação formal no CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras).

Nos dias presentes, o MEC, enquanto representante da sociedade política, tem estado presente e articulado com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão. As diretrizes de extensão nas universidades brasileiras estão sendo ditadas pelo MEC, em articulação com as Instituições de Ensino Superior, via Fórum, porta-voz da sociedade civil.

Atualmente, o Fórum é constituído por Pró-Reitores e pelos responsáveis pela extensão das IES Públicas. Congrega representação dos níveis: federal, estadual e municipal, com uma Coordenação Nacional e cinco Coordenadorias Regionais: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Fundamentalmente, os objetivos estavam voltados para a formulação de políticas básicas, as quais poderiam favorecer uma articulação das ações das Pró-Reitorias das IESPs de cada área, com uma integração com o CRUB), com o Fórum de Pró-Reitores de Ensino e Pós-Graduação. Desta

forma, esta integração sinalizaria a garantia das análises e discussões das questões específicas da extensão, buscando integrar as práticas acadêmicas, contactar com os órgãos do governo e de outros segmentos e divulgar as atividades e projetos de extensão.

Contudo, as três questões básicas (conceituação, institucionalização e financiamento da extensão) são questões polêmicas, que estarão sendo sempre abordadas, uma vez que exigem respostas dinâmicas.

Resta-nos, portanto, identificar a concepção de extensão implementada pelo Fórum e compreender a sua representação na formulação da política de extensão, partindo do ponto de vista de que o fórum é constituído por elementos pertencentes às universidades públicas. Assim, fica a grande questão: qual é a representatividade do Fórum, em termos de influência na formulação de uma política para as atividades da extensão, as quais devem priorizar, antes de tudo, os anseios e necessidades da população majoritária da sociedade?

Vale ressaltar que durante os vários encontros ocorridos, e que serão abordados neste trabalho até 1995, a representatividade de cada IES foi muito variável. As diferentes representações oficiais nos mostram a diversificação do lugar que a extensão ocupa dentro da estrutura universitária e, também, nos mostra as dificuldades enfrentadas em referência a sua institucionalização.

É neste contexto que o Fórum, desde o início, tem procurado entender e conhecer a extensão universitária. A sua posição indefinida, essa falta de clareza de entendimento concorria, cada vez mais, para uma depreciação do seu *status* na estrutura da Universidade. Até o momento, não havia definição precisa do lugar da extensão.

A primeira proposta do Fórum foi justamente a de construir uma nova concepção com uma nova dimensão para a extensão universitária.

Pressupostos básicos: conceito, institucionalização e financiamento da extensão segundo a visão do Fórum Nacional

Durante os anos setenta e os anos oitenta, a idéia de extensão presente no MEC e no CRUB foi concebida como instância de mudança da

universidade, permitindo assim, colocar a universidade frente ao processo de transformação. Fagundes (1986: 57/127) mostra de modo enfático a concepção dessas duas instâncias acentuando a questão da integração cultural e da prestação de serviços.

Em relação à institucionalização, encarada como função básica da universidade, o CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária), os *Campi* Avançados e o Projeto Rondon foram viabilizadores e demonstradores da ligação da universidade/comunidade, embora, em essência, acentuassem o caráter da prestação de serviços, de modo bem geral.

Para a Universidade, a instalação dos *Campi* significava uma estratégia para a sua interiorização. Esta interiorização, durante muito tempo significou para a universidade um sinônimo de extensão.

O *Campus* Avançado deveria ser uma extensão da própria universidade que se estenderia fora da sua área geoeducacional. Este *campus* caracterizava-se pela presença permanente de professores e alunos com objetivos de promoção do desenvolvimento da região, ou seja, seria um agente do desenvolvimento local.

Os primeiros *campus* foram criados em 1969, e no final de 1974, foram instalados 22 *campi*, em várias regiões do país.

Os *campi* surgiram como respostas às críticas de estudantes que haviam participado do Projeto Rondon. Esses estudantes reclamavam por ações mais sistemáticas e permanentes. Contudo, a idéia de *Campi* Avançado e Projeto Rondon está interligada.

O Projeto Rondon surge em um período de crise na história brasileira. A primeira operação do Projeto Rondon acontece em 1967 e é extinta em 1989. Propõe-se a si próprio influenciar a universidade para uma adequação ao processo de desenvolvimento. Tem sua criação fora da universidade, embora busque viabilizar a integração da universidade com a comunidade nacional.

Sua concepção surge no I Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, em 1966, no Rio de Janeiro. A idéia de criação desse projeto não é originalmente nacional. A origem dos serviços de desenvolvimento vem da Inglaterra (1958), cujas finalidades eram voltadas para a promoção e a cooperação com as ações subdesenvolvidas.

Outros serviços aconteceram em diferentes partes do mundo tais como: França, Estados Unidos da América, Suécia, Suíça, Alemanha.

O que caracteriza o Projeto Rondon é a idéia de colocar a juventude universitária próxima da realidade brasileira e, desta forma, dar a oportunidade de vivenciar os problemas nacionais.

O CRUTAC surge a partir da iniciativa do reitor da Universidade do Rio Grande do Norte, sob a influência de ideais americanos. Os grandes objetivos do CRUTAC foram o treinamento de estudantes e a assistência às comunidades rurais. Esta idéia foi absorvida por todo o território nacional.

Como o *Campi* e o Projeto Rondon, também o CRUTAC tinha como proposta inserir os estudantes do último ano, das diversas áreas, em contacto com a comunidade e seus problemas.

Em termos de atuação, o que diferenciava os *Campi* Avançados e CRUTAC, era o fato de os primeiros terem uma atuação fora do seu estado, em regiões estrategicamente selecionadas por um órgão do governo. Assim, os CRUTACs eram experimentos da Universidade no seu local de origem, oferecendo treinamento e apoio técnico.

Assim, pode-se afirmar que a associação Projeto Rondon e *Campus* Avançado constituía a forma que a Universidade encontrou para realizar as suas atividades de extensão, desde que não ferisse as propostas do Projeto Rondon, o qual, naquele momento, era o mais legítimo representante da filosofia militar. Vale destacar o que norteava o pensamento filosófico do Projeto Rondon: conhecimento da realidade nacional; participação da juventude no desenvolvimento nacional; participação da universidade no desenvolvimento nacional; interiorização da universidade; prestação de serviços aos órgãos públicos; participação ativa e consciente da comunidade no processo de desenvolvimento; integração nacional; interiorização e fixação de mão-de-obra; adequação da profissão às realidades e exigências do mercado de trabalho e preparação do universitário para o exercício consciente da cidadania, com fundamento nos princípios que aprimoram o caráter e asseguram a prevalência dos valores espirituais e morais.

Mas, fundamentalmente, esta integração comportava aspectos políticos advindos do Regime Militar. Na verdade, o que se buscava era a integração de uma parte da população que se achava marginalizada do processo de desenvolvimento defendido neste período.

Já em 1985, as propostas para a reformulação das universidades se fortaleceram, com ênfase na pesquisa, no ensino de pós-graduação e no aspecto da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa.

Estas frentes oportunizaram a construção de novas propostas voltadas aos interesses mais amplos de uma população bastante desconsiderada. Inaugura-se uma fase em que se busca abandonar a concepção assistencialista, para um voltar-se aos questionamentos das ações desenvolvidas na extensão. Portanto, como função inerente à universidade, a extensão passa a ser vista na perspectiva de processo articulador do ensino e da pesquisa. Há, neste momento, um novo olhar que se volta para a universidade como um todo, deixando a unilateralidade percebida nos programas fora da academia. Neste sentido, estão os estudos de Gurgel (1986), os quais reforçam uma visão de que através do ensino, a universidade poderia atingir uma população via processos críticos da educação superior, através da utilização da educação de massa, que preparasse a cidadania de maneira competente. Caberia à pesquisa a solução dos grandes problemas, invertendo a situação da população, de agente passivo, para agente sujeito de todo o processo.

Percebe-se uma tentativa de ultrapassagem da visão tradicional de extensão sob a forma de cursos, palestras, difusão cultural, para uma compreensão de outra concepção de universidade, onde as relações com a população assumiriam um papel fundamental. Isto pressuporia uma articulação do saber acadêmico com o saber popular, o que instauraria um processo socializante, democratizante do conhecimento.

Foi dentro destes parâmetros que o Fórum Nacional assume as propostas emergentes e semelhantes em todas as IES e formula, a partir de 1987, o conceito de extensão, formas de institucionalização e modalidades de financiamento. Estes três aspectos já faziam parte de um consenso nas discussões dos encontros e dos seminários já realizados anualmente, nas várias regiões, com engajamento e respeito às especificidades de cada uma, mas, procurando não perder de vista os aspectos globais que favoreceriam a institucionalização desejada e o compromisso social da universidade.

No conjunto das novas discussões, a partir das IES (Instituições de Ensino Superior), começa a acontecer uma provocação por uma institucionalização mais efetiva da extensão, inclusive, até mesmo, quanto à reformulação de seu conceito.

Em nossas instituições as atividades de extensão não são amplamente conhecidas. A falta desse reconhecimento se prende à dificuldade da definição do que é extensão. A concepção e institucionalização são questões que nos remetem ao problema de financiamento. E aí está a questão central das atividades extensionistas.

A ênfase no compromisso social da universidade está centrada no I Encontro, gerando a concepção da extensão universitária, assim definida:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados-acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, 1987).

Pela conceituação acima definida, percebe-se uma postura diferente entre universidade e comunidade. Nesta visão, é acentuada a necessidade de uma intervenção da universidade na realidade, aproximando-se do sentido coletivo entre mundo acadêmico e população. Há um deslocamento de lugar. De terceira função, passa a ser vista enquanto ação vinculada, enquanto metodologia que poderia ajudar na solução dos problemas sociais, via pesquisa.

Portanto, a extensão passa a ser reconhecida como uma das partes do tripé da universidade e, ao mesmo tempo, passa a ser entendida como via de mão dupla, capaz de fazer a ligação universidade-sociedade.

O que se pode sentir é que a partir desse reconhecimento, o fórum, ao apresentar a concepção de extensão, coloca-a como processo educativo, instrumento articulador do ensino e da pesquisa e, ainda, como trabalho interdisciplinar. Porém, ainda está ausente a explicitação do seu espaço próprio. Isto poderia suscitar o entendimento de como instrumento articulador poderia estar ocupando espaços. E o desejo do Fórum é que a extensão

devesse compor um lugar entre as demais funções da universidade, inclusive, com possibilidades de compartilhar da divisão de poderes entre as funções.

É preciso ter clareza, no entanto, que não basta defini-la enquanto processo educativo. Neste sentido, também o ensino e a pesquisa são capazes de se estruturarem da mesma forma, de reclamar esse papel, sem a complementação da extensão. Assim, pode ser atribuído um mesmo papel para diferentes funções, ou seja, pode gerar confusões conceituais e funcionais. O que parece estar implícito é que a idéia de instrumento articulador parece estar sendo posta como alternativa de desentendimento da proposta de processo. É preciso ter presente que ensino, pesquisa e extensão podem ser processos educativos e, nesse caso, são semelhantes. Vale destacar que o Fórum assume a extensão muito mais como instrumento capaz de viabilizar a função social da universidade.

Não se pode negar a contribuição das propostas dos Pró-Reitores em produzir um redirecionamento da produção da universidade para as questões mais voltadas aos interesses e necessidades da maioria. Não deixa de constituir um avanço de entendimento, principalmente quando se constata a formulação do conceito de extensão, assim posto: “A extensão constitui o marco ideológico de transformação que caracteriza a Universidade enquanto instituição comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática” (“Carta de Ouro Preto”, 1987 — Documento dos Pró-Reitores de Extensão da Região Sudeste).

Não resta dúvida de que o momento histórico estava marcado pelos princípios redemocratizantes. Isto influenciou o Fórum de Pró-Reitores, enquanto órgão representativo de uma nova expressão política e coletiva, que passou a reivindicar uma participação garantida na política de extensão universitária, buscando colocar dentro do CRUB a representação da extensão e buscar no MEC uma representatividade oficial.

Em termos práticos, pretendia-se a efetivação de uma ação conjunta entre os Pró-Reitores de Extensão, capaz de oportunizar a concretização da autonomia institucional e financeira na nova política. Esta busca incidiria na adoção de novas medidas redirecionadoras da própria política das universidades, aumentando, desta forma, a influência e o poder de decisão no interior das instituições universitárias. Por tudo isto, a institucionalização da extensão seria necessária.

Isto se torna claro na medida que se coloca a extensão como agente articulador das outras duas funções, as quais, estariam voltadas aos segmentos maiores da sociedade. Assim, a produção e socialização do conhecimento, deveriam, a partir dos pressupostos da nova política, contribuir para a transformação social e para a elevação das condições de vida desta população. Portanto, a institucionalização da extensão seria condição essencial para a implementação desta política.

No I Encontro Nacional, algumas definições foram aprovadas. Dentre elas:

- as atividades de extensão seriam aquelas que estivessem referendadas nas diretrizes contidas no documento aprovado pelo Fórum; tanto os estágios curriculares, quanto as avaliações da pesquisa e do ensino deveriam refletir esta nova visão de universidade, comprometida com o processo de transformação social; nos órgãos colegiados, a extensão deveria ter representação específica; a contratação de pessoal estaria condicionada ao envolvimento de cada departamento; seria garantida a participação das comunidades envolvidas com trabalhos de elaboração, execução e avaliação de projetos de extensão;
- para o financiamento, deveria haver recursos orçamentários nas IES para todos os programas e projetos; deveria ser criado no MEC, um fundo especial de financiamento; precisaria haver o reestabelecimento de bolsas de Extensão no MEC, com equiparação às bolsas de iniciação científica e monitoria, além das já existentes em algumas IES, subsidiadas por agências de fomento.

No bojo destas novas diretrizes e articulações políticas, Garrafa (1989: 112) acentua o parecer do Reitor da UFPA (Universidade Federal do Pará), aprovado pelo CRUB, em 1988, sobre a participação formal do Fórum no CRUB. Segundo o parecer, a extensão, vista na nova ótica, incorpora um aspecto de contemporaneidade, no momento em que diz: “a extensão é efetivamente um instrumento básico de recuperação da função social da universidade e de restauração de sua credibilidade”. Neste parecer, entretanto, ele nega a sua participação formal, e propõe que o Fórum seja

uma câmara “*ad hoc*” do CRUB, cabendo a este órgão, a convocação do Fórum, se necessário.

Ao ser reivindicado um órgão representativo no MEC, isto somente veio a ser concretizado em 1993, pela Portaria nº 66 — SESu/MEC, instituindo a Comissão de Extensão Universitária, e da Portaria nº 134-SESu/MEC, que formalizou o Comitê Assessor de Extensão.

Percebe-se, contudo, que as definições e a própria formulação do processo de construção e implementação de uma nova política de extensão, acontece de forma conflituosa, com dificuldades, com avanços e recuos, e mesmo, de forma contraditória. Isto, também pode ser constatado pela leitura dos ANAIS dos Fóruns. Estes documentos demonstram as dificuldades de se conciliar interesses que se prestam a alterar as relações de poder presentes no interior das IES e nas relações de poder da própria sociedade.

Análise dos Encontros Nacionais: Diretrizes dos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

Considerando a falta de clareza conceitual, a não identificação do que poderia ser prática extensionista ou não, a confusão entre ensino e pesquisa, e os seus limites, a primeira proposta do Fórum foi justamente a de construir uma nova concepção e dar uma nova dimensão para a extensão universitária.

Neste sentido, o Fórum tem reunido anualmente para discutir temas previamente indicados. Até o ano de 1995, recorte definido neste estudo, foram realizados dez encontros.

Estes encontros assim se sucederam:

Encontro Nac.	Local / Data	Tema
1 ^o	Brasília/DF 04 e 05.11.87	Extensão : Conceito, Institucionalização e Financiamento.
2 ^o	Belo Horizonte/MG 23 e 24.05.88	Extensão : Estratégias de Articulação com o Ensino e a Pesquisa.
3 ^o	Belém/PA 23 a 25.07.89	A Questão da Interdisciplinaridade.
4 ^o	Florianópolis/SC 06 a 09.05.90	Extensão Universitária: Perspectiva nos Anos 90.
5 ^o	São Luiz/MA 12 a 14.06.91	Extensão: A Institucionalização no Contexto da Autonomia Universitária e sua Gestão Democrática.
6 ^o	Santa Maria/RS 21 a 25.04.92	Universidade e Cultura.
7 ^o	Cuiabá/MS 15 a 18.06.93	Avaliação da Extensão no Contexto da Autonomia Universitária.
8 ^o	Vitória/ES 10 a 13.05.94	A Universidade, a Construção da Cidadania e a Afirmação da Soberania Nacional.
9 ^o	Fortaleza/CE 14 a 16.06.95	Avaliação da Extensão no Contexto da Autonomia Universitária.
10 ^o	Belém/PA abril 1996	Por Uma Política Nacional de Extensão.

O I Encontro Nacional, realizado em Brasília, em 1987, com a participação de 33 universidades foi significativo, não somente por oportunizar a criação do Fórum, como também por aprovar o conceito de Extensão, passando a se entender como “um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora da universidade e da sociedade”. Nesse momento, o Fórum Nacional assume a condição de participante do processo de elaboração da política de extensão a ser desenvolvida pelas IES públicas.

Contudo é preciso pontuar críticas diante da perspectiva otimista do Fórum. Vale ressaltar restrições quanto à conceituação proposta para a extensão por retomar os mesmos equívocos. Assim, “a extensão universitária não faz (ela não é um sujeito ou agente) essa articulação. É o ensino e a

pesquisa que precisam ter certas características para que essa articulação seja produzida" (Botomé, 1996: 84). Nessa perspectiva, ao atribuir à extensão o poder de viabilizar a relação transformadora entre sociedade e universidade, há a conotação mágica pois, "conferindo-lhe uma capacidade de redenção da instituição como se a pesquisa e o ensino não puderam fazer o que ela tem capacidade própria" (Botomé, 1996: 34). Contudo, apesar de se ter um conceito de extensão, tentando superar as compreensões anteriores, a iniciativa do Pró-Reitores, isoladamente, não apontava a resolução dos problemas. A percepção conservadora de "terceira função", de "terceira opção" ainda estava presente.

Na aprovação do conceito, buscou-se expressar os anseios de uma grande parte da comunidade universitária. Acreditava-se que, se houvesse uma priorização das necessidades apresentadas pela maioria da população, na produção do conhecimento científico, produzido no interior das universidades, também haveria elementos que poderiam contribuir para a resolução da crise de legitimidade presente nestas instituições. A grande questão estaria em buscar um caminho eficaz para se colocar na prática a indissociabilidade entre o tripé: ensino, pesquisa e extensão. De outro lado, a dificuldade apresentada era, como colocar o trabalho de extensão, que deveria contribuir para a transformação social, de modo articulado à produção do conhecimento e à formação profissional?

Na verdade, até esse momento, buscou-se relacionar as concepções tanto do Ministério da Educação quanto da Administração das Universidades, no que se referia à extensão como agente de mudança. Neste sentido, percebe-se que do assistencialismo passou-se ao questionamento das ações extensionistas. Há uma tentativa de superação duma função inerente à universidade para a inserção da extensão como processo articulador do ensino e da pesquisa, e, ainda enquanto organizadora, assessora dos movimentos sociais emergentes. Nesta busca de superação aparece a visão de viabilizadora da vida acadêmica universitária.

Com propostas de intensificação das discussões a respeito da colocação prática da nova política extensionista, foi realizado, em Belo Horizonte, em 1988, o II Encontro Nacional. A temática principal do encontro versou sobre: "Estratégia de Articulação com o Ensino e a Pesquisa", nos subtemas: Extensão/Pesquisa e Compromisso Social, Conceito de sala de

aula; Extensão/Estágio e Crédito Curricular e Projetos/Atividades de Extensão.

Este evento trabalhou a recomendação do caráter processual da extensão através da reflexão sobre a sua prática, em cada universidade, cujos resultados deveriam estender-se aos fóruns de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, Ensino e Planejamento, propiciando uma articulação entre os vários fóruns de Pró-Reitores. Procurou ainda enfatizar a questão aluno/mercado de trabalho e compromisso social da universidade. Reafirmando o compromisso social da instituição universitária como forma da universidade se colocar em meio às ações de promoção e garantia dos valores de igualdade, de democracia e de desenvolvimento, no Relatório Final deste Encontro, a extensão foi vista como prática acadêmica e como elo de ligação da universidade com a comunidade através das atividades de ensino e de pesquisa.

Em se tratando da pesquisa, a sua efetivação ocorreria no momento em que estaria vinculada à produção e reprodução do conhecimento, direcionados à possibilidade de produzirem a transformação da sociedade, partindo de uma identificação, *à priori*, do que pesquisar e do para quê pesquisar.

Em referência ao ensino, o debate sobre sala de aula foi muito relevante. Ficou claro que este conceito deve ser entendido de modo a ultrapassar a visão tradicional, voltando-se para fora dos limites físicos, como “todos os espaços dentro e fora da Universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações”, assim expressando: “um conteúdo interdisciplinar/transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática” (Garrafa, 1989: 124).

A discussão em torno do estágio curricular foi vista como um momento privilegiado para o processo de viabilização da extensão na área da prática profissional, portanto, resgatando o compromisso político e a consciência social. Para tanto, deveria ser reestruturado em função de ser de caráter obrigatório para todos os cursos, devendo iniciar-se a partir do primeiro semestre, preferencialmente; deveria estar integrado a projetos dos Departamentos de acordo com as temáticas curriculares e ainda ser computado nos currículos dos professores.

Portanto, esta nova política tratada neste II Encontro, procurou estabelecer modificações nos tratamentos em relação à obrigatoriedade do estágio curricular para todos os cursos; integração do estágio aos projetos departamentais, participação de aluno e professores nos projetos de extensão, necessária à integralização curricular e reformulação de currículos de modo a garantir a prática ao estágio que integra a temática curricular.

Com este direcionamento, percebe-se que a efetivação da extensão se vincula ao momento da prática acadêmica, da sua inserção em um projeto global, através das linhas de pesquisa e de ensino das universidades, em razão das necessidades sociais mais amplas, ou seja, a partir de uma redefinição do modelo estrutural de Universidade. Isto pressupõe contar com Pró-Reitorias ou órgãos que estejam voltados para a necessidade de um trabalho de articulação e que tenham sensibilização e coordenação, para que a extensão, na forma processual, possa intervir na relação universidade/comunidade.

Não se pode esquecer que na realidade, as práticas extensionistas até então, ainda se pautavam em modelos cristalizados, na forma do assistencialismo e da universidade-empresa, fato este que exigia, por parte do Fórum, uma análise rigorosa das causas ainda tão arraigadas.

Apesar de todo o discurso democratizante permeando as atividades extensionistas, no âmbito do oficial, este mesmo discurso não transparece na elaboração e mesmo na aprovação do Regimento do Fórum. Isto pode ser percebido nas condições exigidas no momento da eleição da Coordenação Nacional. Exigia-se que esta deveria ser eleita exclusivamente pelos Coordenadores Regionais, deixando de fora do processo os outros representantes. Não aconteceu a efetiva democratização do poder e, mais contraditória se apresenta esta exigência, na medida em que se retoma o quadro nacional do momento, que se mostrava diferente, face às expectativas da primeira eleição para a Presidência da República, após 25 anos de exclusão e de elitismo.

Neste mesmo ano (1988), outras iniciativas foram tomadas tendo em vista a consolidação da nova política extensionista, pela Coordenação do Fórum Nacional, principalmente após o reconhecimento, na Carta Constitucional Brasileira, da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A elaboração da Exposição de Motivos, encaminhada ao CRUB e

ao MEC, continha reivindicações em torno de: criação de um órgão representativo da extensão e criação de um fundo especial que deveria ser destinado ao financiamento de projetos/programas na área da extensão, acrescido de um sistema de bolsas. Para o Fórum, estas reivindicações se justificavam uma vez que, “o MEC não tem uma medida definida sobre o assunto e nem sequer uma estrutura representativa para discutir as políticas propostas.” Partindo do pressuposto da importância da extensão, o Fórum exigia a criação de um órgão que “possua infra-estrutura, apoio institucional e autonomia a fim de que possa se constituir em efetivo canal de discussões, encaminhamento e viabilização das propostas oriundas das IES”, e ainda, partindo do ponto de vista que as IES têm priorizado “o apoio à prática de disciplinas de caráter extensivo à pesquisa, direcionada à realidade social e aos estágios curriculares em programas extensionistas” (Garrafa, 1989: 119/20).

Apesar destas reivindicações, neste período, nada se concretizou.

Em julho de 1989, o III Encontro Nacional se realiza em Belém/PA, momento em que se discutiu o tema: “Relação da Universidade e Sociedade”, “A questão da prestação de serviços”, destacando a “Questão da interdisciplinaridade”, já discutida no encontro anterior.

A prestação de serviços ainda era uma realidade nas universidades públicas brasileiras. Esta temática foi tratada no sentido de buscar uma estratégia que se mostrasse coerente com a concepção de extensão, defendida pelo Fórum, entendida como: “momento do processo acadêmico global que envolve o ensino e a pesquisa”. Neste evento tentou-se abordar esta questão no sentido não-assistencialista. Embora de modo tímido, tentou-se compreendê-la numa visão mais de caráter emancipatório, tentando colocá-la no plano político-institucional, na tentativa de viabilizar o projeto político-acadêmico das instituições, propiciando, assim, uma integração no processo educativo.

A interdisciplinaridade foi tratada como uma questão diretamente ligada à academia e foi considerada sob a ótica de desafio e problema, estreitamente ligada à produção e transmissão do conhecimento. Ressalta-se que, neste momento, já se denunciava a fragmentação do saber e, à extensão caberia um espaço privilegiado para promover a integração das atividades acadêmicas entre áreas distintas.

Neste final de década, o dealbar dos anos noventa já se faz sentir nebuloso, indefinido e incerto em termos de propostas para o ensino superior. O governo eleito não apresenta nenhuma definição, nenhuma proposta concreta para a área social. Inicia-se por parte do MEC uma intensa discussão sobre a autonomia da universidade, considerada temática relevante, ponto básico para qualquer tipo de debate.

Dentro deste quadro, também novos interlocutores sociais estavam emergindo, impulsionados pelo crescente alargamento da sociedade e pelo papel político e social dos organismos não-governamentais, para os quais, a luta social e cultural pauta-se por formas organizativas, apontando a questão educacional e a questão social como problemas centrais da crise brasileira.

Estes indicativos foram representativos para a realização do IV Encontro Nacional, em Florianópolis/SC, no período de 6 a 9 de maio de 1990, tendo como tema central: “Extensão Universitária- As Perspectivas nos anos 90”, e como sub-temas: “Educação e Alfabetização e Metodologia em Extensão Universitária”.

Conscientes da inexistência de recursos financeiros para a extensão, das dificuldades de implementação das atividades que exigiam recursos para a realização, do desconsiderável número de professores envolvidos nas atividades extensionistas, os Pró-Reitores, diante disto, se posicionaram de forma unânime em mostrar a importância da universidade pública, o que ela produz e a sua importância para a sociedade.

Retomando a discussão sobre a conceituação da extensão, os integrantes deste encontro admitiram que, pelo menos junto aos seus representantes, esta já era uma questão incorporada, bastante assimilada e compreendida na sua acepção. O que se constituía como paradoxo e como problema era a indefinição governamental para a política universitária como um todo. Neste momento estava em questão a inclusão de um pacote para a educação, alicerçado nos princípios neoliberais, fundamentado nos aspectos de eficiência, de produtividade. Por certo, também a extensão assumiria novas perspectivas, consoantes com os mesmos princípios, podendo ser tomada como instrumento mercantilista, de venda de serviços, num contexto que se definia pela explosão da tecnologia, da informatização, das novidades de mercado frente a uma ânsia de lucros. Perspectiva esta que, mais uma

vez, se colocaria contrária e radicalmente oposta às discussões dos encontros anteriores.

Neste contexto, achava-se em debate a questão da Alfabetização. Esta discussão estava dentro da universidade, no sentido de se delimitar o seu papel, a sua responsabilidade junto ao Ano Internacional da Alfabetização. Nas discussões, também a representatividade da extensão constituía alternativa para que a universidade se integrasse ao processo da implementação desta proposta. Esta situação mereceu atenção nos debates deste IV Encontro, suscitando posicionamentos diferenciados por parte dos integrantes, sobre a forma da universidade se integrar a este tipo de solicitação.

Em meio às iniciativas, foi implantado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania — PNAC, que propunha “criar condições para um ensino básico moderno e banir de vez por todas do nosso dia a dia a vergonha do analfabetismo”, e ainda pretendia a redução de 70% o contingente de analfabetos do país, num prazo de 4 anos. Em relação a este programa, alguns defendiam a sua relevância e colocavam a extensão como forma de promover o seu desenvolvimento, argumentando ainda que através deste programa, as ações extensionistas teriam grande espaço para viabilizar a sua institucionalização.

De outro lado se posicionou de maneira diferente, o Professor Sílvio Botomé, da Universidade Federal de São Carlos, destacando que a função primeira da universidade era com a produção do conhecimento, e que à extensão, caberia a função de tornar este conhecimento compreensível para a grande maioria da população. São suas palavras:

(...) um exemplo típico é achar que a universidade deve fazer alfabetização agora, quando talvez o papel dela que não foi considerado até hoje de produção do conhecimento sobre os processos e as tecnologias para garantir a alfabetização estão disponíveis por aí e não cabe a ela, me parece, esse papel de substituir o estado, de substituir escolas, de substituir a educação básica e assim por diante (Botomé, 1996: 48).

Outros ainda havia que estavam mais preocupados com a autonomia da universidade e com os movimentos sociais envolvidos neste programa, como viabilizadores concretos no processo de desenvolvimento social. Afirmando esta postura, encontramos no depoimento da Professora Ana

Fonseca, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a seguinte argumentação, aquando da realização deste IV Encontro, e publicada nos Anais: “Torna-se necessário que os projetos de alfabetização, via extensão, ensino e/ou pesquisa desenvolvam uma organização própria capaz de prestar com competência, determinados serviços e assessorias às organizações populares da sociedade civil. Mas é preciso que se garanta a autonomia desses movimentos, tanto na iniciativa, quanto no controle dos serviços prestados pela universidade” (p. 56).

A questão da Proposta de Alfabetização foi também considerada como uma estratégia política e que precisaria ser explicitada para não ser entendida como algo que promove a cidadania. Seria preciso desnudar o seu componente ideológico, desmistificando-o, e fazendo ver que a alfabetização não concorre para a conquista da cidadania. Esta seria uma visão simplista. O simples fato de estar alfabetizado não significa estar apto para uma efetiva participação. Esta é a defesa do Professor Ronai Pires da Rocha, da Universidade Federal de Santa Maria, que assim se posiciona: “a cidadania, se entendida como algo além da formalidade, da existência de direitos abstratamente garantidos em lei, portanto, tendo conseqüências empíricas num cotidiano de participação e reivindicações, não se deriva apenas, mais das vezes, do domínio mecânico da habilidade de ler e escrever” (ANAIS, 1990: 69-70).

Contudo, considerando esta diversidade de debates, no fundo, o que se pretendia era a consolidação da institucionalização da extensão, buscando as formas mais eficazes para o processo de articulação com o ensino e a pesquisa, e caracterizar, com maior definição, o compromisso social da universidade, tendo em vista a busca de soluções para as questões problemáticas do país, em prol das camadas populares.

Além do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, em dezembro de 1990, no Governo Collor, foi apresentado o “Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área da Educação para o período 1991/1995”. Este foi o primeiro sinal de uma política educacional, um primeiro documento com apresentação de metas e definição de recursos, em meio a muitos anúncios de planos e programas.

Este documento destacou especialmente a questão da Autonomia da Universidade, no item 2.9, apontando uma desregulamentação que “abriria a

possibilidade de as Universidades fixarem o salário dos professores e realizarem concursos para contratação de pessoal, de acordo com as próprias necessidades”.

Mais tarde, já em fevereiro de 1991, outro documento é lançado: “Brasil, um projeto de reconstrução nacional”, conhecido por “Projetão”. Neste documento a autonomia foi tratada de acordo com os pressupostos contidos no Plano Setorial. Ainda foi destacado: a obtenção de maior eficiência na gestão das universidades federais, instituindo um sistema novo de alocação de recursos financeiros que estariam vinculados à avaliação do desempenho, com objetivos de incentivar ganhos de produtividade e qualidade no ensino; incentivo para a integração pesquisa/extensão, para que as universidades pudessem ficar estimuladas à procura de recursos extra-orçamentários que viessem servir para a implementação das pesquisas, especialmente àquelas direcionadas às empresas; a questão da gratuidade do ensino público de graduação e da oferta de vagas no âmbito do Governo Federal. Seguidamente, como reflexo desta política, o mesmo governo elabora o Projeto de “Emenda Constitucional” — PEC nº 56/91. Este projeto diz da autonomia da universidade e coloca que à universidade seria destinado um percentual fixo, oriundo do arrecadamento do impostos, para o pagamento, além dos salários e despesas de custeios aos novos investimentos, se estenderia ao pagamento das aposentadorias e pensões de funcionários. No entanto, para que o processo de autonomia fosse agilizado e viabilizado, deveria se buscar outras fontes alternativas de financiamento. Isto significa antes de tudo, a privatização do ensino superior, o que vem colocar a extensão como alternativa de concretização no comércio dos serviços produzidos pela universidade.

Em São Luiz/MA, em junho de 1991, realiza-se o V Encontro Nacional. Este encontro aconteceu em meio a uma situação de greve nacional, por questões salariais, instabilidade no emprego e de ameaça de privatização do ensino público.

O tema central foi: “A institucionalização da Extensão no Contexto da Autonomia Universitária e sua Gestão Democrática”. Esta temática foi tratada a partir de três eixos: quanto às diretrizes políticas, quanto à institucionalização e quanto às estratégias de ação. Neste encontro, a extensão foi abordada como uma proposta de universidade global,

historicamente colocada como um desafio a ser enfrentado na consolidação das necessidades e interesses da maioria da população. Na leitura dos documentos fica claro que a extensão não é vista somente como uma atividade acadêmica. Percebe-se pelos documentos que a autonomia é compreendida como capacidade de exercício da liberdade acadêmica na prática de uma política, que busca privilegiar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, via projetos interdisciplinares, envolvendo a comunidade, em parceria com as administrações públicas, com as entidades da ampla sociedade. Foi ainda veementemente criticada a idéia da universidade buscar recursos no mercado, através dos seus produtos, desobrigando o estado das suas funções de manutenção das IES. Neste sentido, rever a extensão, como instância de comprometimento com a comunidade maior, requer algumas providências que assegurem a sua institucionalização.

Os resultados publicados nos ANAIS deste V Encontro (1996: 106) demonstram a necessidade da extensão estar no mesmo nível hierárquico do ensino e da pesquisa na estrutura universitária, devendo ser computada para a integralização curricular. A institucionalização deve resguardar a competência dos departamentos no momento da elaboração dos projetos, incentivando-se a interdisciplinaridade da ação extensionista e as especificidades da área de atuação de cada universidade.

Os participantes deste encontro ainda se posicionaram quanto à privatização da Universidade Pública, bem como, quanto à questão do corte de verbas. Para eles, as propostas defendidas pelo governo seriam inviabilizadas, no momento em que fosse destacada a relevância da universidade. Para os participantes a sobrevivência da universidade passaria pela extensão.

Deste evento, resultou um documento intitulado “Carta de São Luiz”, assinado por 46 Universidades Públicas, no qual foi registrado, na forma de denúncia, a difícil situação não só do País, mas da própria universidade pública brasileira, fadada ao aniquilamento e à extinção.

Em síntese, o V Encontro definiu sua posição sobre qual proposta de autonomia universitária viabiliza a gestão democrática nas instituições públicas de Ensino Superior, no momento, já definida como princípio constitucional, e, buscou aprofundar a questão da institucionalização da extensão universitária nas diferentes instituições que compõem o Fórum.

A partir de constatações em relação às dificuldades e pela troca de experiências, surgiu a necessidade de se pensar em novas estratégias para a afirmação da extensão na vida acadêmica, tendo em vista a inexpressiva participação dos docentes e discentes, e a inoperância dos canais, os quais, não estavam atingindo a sociedade na resolução das questões-problema da população.

O governo de Collor foi interrompido em 1992. Teve a continuação com Itamar Franco e, a partir deste período, em termos políticos, não apresentou modificações para o ensino superior. Ainda continuou a luta pela privatização, sendo o MEC, o órgão a estabelecer as bases para a concretização desta proposta. Estas bases abrangiam desde as dificuldades na tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Congresso Nacional, até à tentativa de imposição da Emenda Constitucional (PEC-56). Esta Emenda pretendia discutir a autonomia para a universidade nos mesmos moldes do Projeto GERES (Grupo de Estudos para a Reforma do Ensino Superior), passando pelo Modelo de Financiamento para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e, em certa medida, incorporada ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para 1993.

Tendo presente a situação de cada vez mais se restringir os recursos orçamentários e consequentemente, o insuficiente repasse de verbas, o próprio governo começa a criar condições financeiras para a implementação de suas propostas. Chega-se a elaborar um documento definidor da forma de financiamento das instituições de ensino público federal. No documento que trata da Programação para 1992, está definido que, “as grandes universidades de pesquisa não podem constituir o modelo único a ser reproduzido indefinidamente, especialmente porque seu custo é demasiado elevado e só se justifica quando há realmente pessoal altamente qualificado, com produção científica reconhecida” (XXIV CONAD, 1992: 21).

Pelo exposto, pode-se perceber um grande desvirtuamento em relação ao que foi amplamente discutido nos fóruns sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O que se torna claro é uma diferenciação entre universidades, separando-as radicalmente em função da pesquisa e condenando a maioria a se tornar exclusivamente universidade-ensino. A Extensão não estava dentro das propostas do MEC. Mais uma vez foi desrespeitada sem um tratamento isonômico em relação ao ensino e à pesquisa.

O VI Encontro Nacional de Pró-Reitores realizou-se em Santa Maria/RS, em 1992. O momento era ainda de indefinições quanto à universidade, estando ainda sem definições precisas a questão da autonomia e cada vez mais se tornava claro a posição descomprometida do governo sobre a situação de financiamentos. “Universidade e Cultura” foi o tema central. Este encontro contou com a presença do Ministro da Cultura, do Governo Collor, Sérgio Paulo Rouanet, responsável pelo Programa de Incentivo à Cultura, reconhecendo de público as propostas e projetos surgidos nos Fóruns para a extensão.

Este programa, fundamentado em objetivos de comemoração dos 500 anos do surgimento das Américas, referendou a escolha do tema “Cultura” neste encontro. A inclusão foi justificada também pelo fato do tema se mostrar relevante, acadêmica e politicamente, pela abertura de discussão de uma política cultural para a sociedade brasileira, possibilitando combater “os interesses de privatização do patrimônio público e das riquezas sociais do país” (ANAIS, 1992: 28/9).

A discussão sobre cultura iria, por certo, possibilitar a construção de um projeto de identidade, de uma universidade historicamente situada, efetivamente articulada no seu trabalho frente à sociedade. Identificada sob o ponto de vista cultural, inserida em um contexto histórico definido e reconhecido, poderia participar com eficiência na transformação social.

Várias recomendações foram deliberadas neste evento. Dentre elas, a formação dos Corredores Culturais Regionais, a criação de Bancos de Dados, a priorização dos Museus, a elaboração do Calendário de Eventos e Bolsas de Arte, Criação Literária, desenvolvida através das oficinas literárias e o estabelecimento de um Sistema de Comunicação com emissoras de TV e Rádio. Ainda se recomendou a reformulação dos cursos de licenciatura e o cumprimento dos créditos pela substituição da obrigatoriedade do cumprimento dos créditos em Educação Física via prática permanente, até que fosse realizada a celebração dos convênios com a Associação das Editoras Universitárias da América Latina e Caribe (EULAC) e a Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU).

Neste VI Encontro, dois fatos são importantes na busca da concretização de espaços para a extensão. O primeiro deles refere-se à aprovação do Regimento do Fórum, com ampliação do quorum eleitoral,

através de uma nova redação. Considerou-se como eleitores: todos os Pró-Reitores das Universidades Públicas ou seus representantes credenciados presentes a reunião anual. Isto representou um avanço no processo de democratização ao contemplar todos os participantes. O segundo fato importante refere-se à aprovação de uma moção contrária à criação do Fórum de Arte e Cultura do CRUB-FACRUB. Isto revela que havia uma disputa entre as duas instâncias sobre quem seria o interlocutor entre universidade e governo nas questões culturais.

Em documento assinado por Alex Fiuza de Mello, Coordenador Nacional do Fórum, datado de 25 de abril de 1992, que não consta da publicação dos Anais, aparecem como preocupações: “iniciativas tomadas à revelia, sobrepondo-se ou reproduzindo áreas de atuação dos Fóruns Nacionais já institucionalizados, que representam espaços acadêmicos estabelecidos e nacionalmente reconhecidos, e que regimentalmente trabalham com o CRUB”, afirmações sobre: “impropriedade da indicação para cargos de coordenadores do FACRUB pessoas sem vínculo direto e acadêmico com as Universidades Brasileiras”. Acentua nesta manifestação um alerta para a Presidência do Conselho de Reitores para um tratamento atencioso sobre a questão “sob pena de que impasses futuros venham dificultar a construção de espaços de colaboração mais produtivos para as Universidades Brasileiras”.

Estas considerações apontam para o início de uma desarticulação entre Fórum de Extensão das Universidades Públicas e CRUB, representante das Universidades Públicas e Faculdades Privadas de todo o país, em relação ao direcionamento da política universitária.

Algumas propostas defendidas pelo Fórum de Pró-Reitores, em especial a institucionalização, em nível do MEC, foram concretizadas em início de 1993. Foi criada a Divisão de Extensão e Graduação (DIEG), junto ao Departamento de Política de Educação Superior (DEPES) da SESu/MEC (Secretaria de Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura), pela Portaria nº 66, em 13 de abril de 1993, data em que foi instituída a Comissão de Extensão Universitária, com objetivos de “elaborar programas específicos que definam princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas IES” (art. 1º).

Esta comissão era composta pelo Coordenador Nacional, Coordenadores Regionais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, pelo Diretor do DEPES e pelo Chefe da DIEG. As decisões da comissão deveriam se pautar nas deliberações e recomendações dos Encontros Nacionais. O trabalho desta comissão resultou na apresentação de três programas, que viriam a constituir a forma de apoio institucional do MEC junto às iniciativas da Extensão Universitária em todo o país, a saber:

- 1 Programa de Bolsas de Extensão com objetivos de estimular a participação discente, desenvolver o potencial dos alunos como elemento fundamental da relação Universidade/Sociedade, ampliar a formação acadêmica e profissional do estudante e favorecer a cooperação dos alunos com os docentes e técnicos das IESPs.
- 2 Programa de Apoio a Projetos Institucionais de Extensão, que deveria ser realizado através do desenvolvimento de ações que viabilizassem a comunicação intra-institucional e inter-institucional e com os diferentes segmentos da sociedade.
- 3 Programa de Apoio a Projetos Institucionais de Extensão, que assegure à comunidade acadêmica uma oportunidade de práxis, de reflexão e de confronto do seu conhecimento, através da democratização e socialização do saber e da participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Após ter sido sinalizado um momento favorável para a política de extensão, e imbuídos da necessidade de se discutir a avaliação das atividades extensionistas inseridas em todas as atividades acadêmicas, o VII Encontro de Pró-Reitores aconteceu em Cuiabá/MT, tendo como tema central a "Avaliação da Extensão no Contexto da Autonomia Universitária".

Dada a preocupação com a universidade e a consideração dos princípios e diretrizes estabelecidas pelo Fórum Nacional, a avaliação discutida neste encontro teve como pressuposto básico que a avaliação é um projeto pedagógico institucional, não sendo possível proceder a uma avaliação da extensão independentemente da avaliação global da universidade. Considerou-se, neste momento, que a extensão comporta funções delimitadas dentro do todo da universidade, o que não lhe permite assumir sozinha a totalidade das ações da universidade. Sendo articuladora

das atividades-fins, a extensão atua como somadora das relações com a comunidade e deve influenciar os rumos a serem seguidos pela Universidade, com objetivos de garantir os padrões de qualidade desejados e oferecer subsídios que estabeleçam prioridades institucionais no campo do Ensino e da Pesquisa. Neste sentido, a extensão deve colocar como parâmetro avaliativo de seus programas a indissociabilidade entre o ensino/pesquisa e atividade de extensão a ser desenvolvida. Foi colocado, ainda, a interdisciplinaridade como outro fator de avaliação, como forma de explicitar, de modo mais abrangente, o compromisso da universidade com o conjunto da sociedade, sem contudo supervalorizá-la. Alguns princípios foram destacados. Dentre eles:

- 1 a extensão é um processo educativo e cultural;
- 2 deve caminhar articulada com o ensino e a pesquisa;
- 3 deve articular as relações entre comunidade acadêmica e a sociedade no sentido da transformação social;
- 4 como prática acadêmica, deve dirigir seus interesses para as questões sociais importantes e aquelas demandadas pela comunidade.

E ainda: a avaliação da extensão, bem como a de seus órgãos deve considerar a sua institucionalização nos níveis do MEC, Ministérios, Instituições, e abordar três níveis: o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão, o impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvos ou parceiros dessas atividades e os processo, métodos e instrumentos de avaliação.

Neste momento, também foram elaborados alguns indicadores, tais como: grau de formalização da extensão na estrutura universitária; definição clara das políticas institucionais de extensão, com definições de metas e prioridades; participação da extensão no orçamento; valorização nas carreiras docente e técnico-administrativa; interação entre instituições públicas de ensino; articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa; envolvimento da comunidade universitária (docentes, discentes e técnicos); envolvimento dos departamentos nas atividades extensionistas, abrangência disciplinar das atividades de extensão e participação dessas atividades na produção acadêmica.

Além destes indicadores, foi considerado relevante no processo da avaliação as definições claras de políticas de extensão, sua conceituação, tipologia dessas atividades, considerando cada instituição, principalmente as informações registradas nos bancos de dados, sobre o que foi desenvolvido, incluindo os programas de fomento e de bolsas.

Os impactos sociais das atividades de extensão também foram avaliados através da análise sobre: relevância social, econômica e política dos problemas abordados; identificação dos segmentos sociais; grau de integração com os órgãos públicos e privados e segmentos organizadores da sociedade; objetivos alcançados em nível de repercussão; apropriação, utilização e reprodução dos conhecimentos pelos parceiros; o efeito nas atividades acadêmicas da interação social resultante das atividades de extensão e níveis de transformação dos indicadores sociais resultante destas atividades.

Em referência aos métodos, segundo as recomendações ao programa de ação deste Fórum, estes deveriam incentivar e subsidiar, através do apoio técnico-político, o início do processo de avaliação, contemplando a formalização das atividades da extensão através de instrumentos específicos (propostas de projetos), com indicativos de objetivos, metas, público, cronograma, executor, custos e resultados; envolvimento com as instâncias acadêmicas para análise e avaliação dos projetos, contando com consultores *ad hoc*, interno e externo à universidade; participação dos parceiros envolvidos nas atividades de avaliação dos projetos e na definição da abrangência institucional, instâncias e pessoas que deveriam coordenar o processo.

Este evento foi significativo por elaborar, pela Comissão de Extensão, o Programa de Fomento à Extensão Universitária, indicando uma convocatória para apresentação de projetos, até julho do mesmo ano, destinando 30 bilhões de cruzeiros para programa/projeto/evento institucional interdisciplinar, de interiorização e iniciação profissional que contemple pólos de desenvolvimento regional e caracterize a ação extensionista como um elo entre a Universidade e as necessidades da região.

Para tanto, cada universidade apresentaria uma única proposta institucional (Programa/Projeto ou Evento), para o ano de 1993, com o valor máximo de 500 milhões de cruzeiros para a seleção destes projetos, sendo

criado um Comitê Assessor de Extensão, através da Portaria nº 134, de 19 de julho de 1993, SESu/MEC, com indicação da SESu/MEC, com a anuência do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, com competência para analisar, julgar, sugerir formas de acompanhamento e suspender das atividades e, finalmente avaliar os relatórios das atividades.

Integrando na forma de contribuição para o processo de avaliação em cada IES pública, foi elaborado um questionário sobre o Perfil da Extensão Universitária no Brasil pelo DIEG/DEPES/SESu/MEC, contemplando os indicadores apontados no Fórum anterior, cujo preenchimento constituía condição essencial para concorrer ao Programa de Fomento à Extensão Universitária.

Também em 1993, encaminhou-se o Programa de Fomento à Extensão Universitária — 1994, com convocatória, para todas as Instituições Públicas de Ensino Superior, quer fossem federais, estaduais ou municipais, desde que tivessem um órgão responsável pela implementação da política extensionista.

Percebe-se claramente que o ano de 1993 foi bastante produtivo em termos de iniciativas da institucionalização da extensão, bem como na forma criativa de sua avaliação no âmbito das universidades. Foi ainda efetivado um Programa de Fomento, com orçamento definido. As iniciativas representaram um fortalecimento das instituições públicas, abolindo a distinção entre IES federais e estaduais, e ainda evitou-se que o financiamento beneficiasse as IES privadas, uma vez que esse Programa de Fomento, apenas agregava aquelas instituições que pertenciam ao Fórum, e todas elas eram instituições públicas.

O ano de 1994 iniciou-se muito conturbado, marcado por uma crise econômica e social. Frente a esta crise havia um consenso entre os dirigentes universitários de que a universidade, mais do que nunca, estava compelida a cumprir seus objetivos de produtora e difusora da ciência, da tecnologia e da cultura, compreendidos como essenciais para a construção da cidadania. Estavam conscientes de que o engajamento da universidade na luta pela cidadania somente se efetiva na medida de sua articulação com instituições e órgãos da sociedade política e civil, as quais também são comprometidas com a situação de exclusão. Para esta atuação, sob o ponto de vista de sujeito social, seria preciso criar espaços de reflexões que possibilitasse um voltar-se

sobre si mesma. As reflexões foram iniciadas. As iniciativas de avaliação do seu desempenho já indicavam indícios de uma certa maturidade. E, os Pró-Reitores acreditavam ser a extensão um espaço privilegiado para o início deste processo reflexivo, baseados nas relações que suas atividades estabeleciam com a sociedade; pelas indagações sobre a relação Universidade/Sociedade poderiam estabelecer as bases de construção de uma nova cultura de cidadania, vista na forma dos direitos civis, políticos e sociais.

Este nível de inquietações sobre a forma de inserção das IES públicas na sociedade inspirou a realização da 57ª Reunião Anual do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), no Rio de Janeiro, em abril de 1994, tendo como temática “Universidade Cidadã”, cuja preocupação maior era promover a discussão sobre a forma de atuação das universidades e o estabelecimento dos mecanismos de socialização do seu produto.

O VIII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão aconteceu em Vitória/ES, com 76 representantes das 56 universidades públicas. Neste encontro a questão trabalhada pelo CRUB, na sua 57ª reunião, foi retomada por este Fórum apresentando o tema: “A Extensão Universitária: A Construção da Cidadania e a Afirmação da Soberania Nacional”.

As diretrizes partiram do entendimento de que a ação acadêmica das universidades públicas, especialmente as atividades de extensão, deveriam voltar-se, prioritariamente, para os setores da população que vêm sendo colocados como excluídos dos direitos e da compreensão da cidadania. Este entendimento partiu do pressuposto de que o engajamento da universidade na luta pela cidadania, somente se efetiva na medida de sua articulação com instituições e órgãos da sociedade política e civil, as quais também estão comprometidas com a situação de exclusão.

O Fórum considerou que a universidade deveria ser um espaço aberto para discussões que viabilizassem o pleno exercício da cidadania, para que fosse possível a eliminação de todo e qualquer tipo de excludência ou marginalização. Para uma efetiva ação cidadã da universidade julgou-se imprescindível a efetiva difusão dos saberes nela produzidos, de modo que as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica, possam ser consideradas sujeito deste conhecimento, tendo assim, direito às

informações resultantes das pesquisas. Isto significa colocar o cidadão como beneficiário e usuário da produção acadêmica. Ou, de outra forma, a cidadania somente seria possível na medida em que os problemas sociais estivessem refletidos nas salas de aula, nas oficinas, nos laboratórios, enfim, em todas as atividades internas e externas da universidade.

Este VIII Encontro assumiu a posição de uma universidade voltada aos interesses e necessidades da maioria da população. Retomou com veemência as diretrizes básicas da política de extensão, iniciada em 1987, reafirmando que: a ciência e a tecnologia devem firmar-se nas prioridades regionais e locais do país; a universidade deve estar receptiva aos problemas/necessidades dos grupos sociais com os quais se liga, ou com as questões inerentes às suas funções (ensino, pesquisa e extensão); deve a universidade integrar-se com todas as iniciativas que buscam a superação das desigualdades e da exclusão; as ações acadêmicas das universidades devem dirigir-se para a maioria da população, que se acha excluída dos direitos e da cidadania, em especial as atividades de extensão.

Embora tenha por parte do Fórum o reconhecimento de programas e projetos que colocam a universidade numa posição de vanguarda para a resolução dos muitos problemas sociais, o encontro denunciou que a falta de sistematização dessas atividades talvez ofereça um quadro incompleto para que se perceba o efetivo engajamento da Universidade Pública Brasileira na compreensão e transformação das condições atuais da vida brasileira. Com este reconhecimento sentia-se necessário fortalecer a institucionalização das atividades de extensão e das atividades de avaliação, constatando a caracterização das diversas experiências já realizadas na IES.

Ainda neste encontro foram formuladas algumas orientações para o exame da situação da institucionalização do programa de Fomento. As questões referiam-se às formas de manutenção e fortalecimento do Programa, via consolidação de recursos, com rubrica orçamentária própria do MEC. Estas diretrizes serviriam para fortalecer os trabalhos do Comitê Assessor do Programa, responsável pela avaliação dos projetos nas IES, analisando o perfil da extensão de cada IES, incluindo análises quanto ao impacto dos recursos orçamentários junto às atividades, contribuindo, inclusive, para um trabalho de orientação quanto à elaboração de novas linhas de Fomento a essas atividades nas esferas federal, estadual e municipal.

Esta forma de atuação do Comitê Assessor embasou a elaboração do Programa de Fomento à Extensão Universitária — 1995, encaminhado pelo SESu/MEC, às Instituições de Ensino Superior, em novembro de 1994, estruturado em duas linhas de ações para o financiamento da extensão, assim dimensionadas:

Linha 1 — “Articulação da Universidade com a Sociedade”. Financiamento oriundo dos recursos da SESu/MEC, abrangendo cursos de capacitação e treinamento, assessorias técnico-administrativas, estágio, práticas curriculares, ações de cultura e arte, ações articuladas com a pesquisa e ações de integração da Universidade com a educação infantil.

Linha 2 — “Integração da Universidade com o Ensino Fundamental”. Abrangendo o I e II Graus, jovens e adultos e a educação indígena. O Ensino Especial seria financiado pelos recursos do FNDE/SESu, em consonância com as Políticas Nacionais para a Educação Básica, buscando atender as necessidades dos sistemas de ensino de estados e municípios.

Dentro dessas linhas básicas as propostas poderiam estar referendadas desde a necessidade de capacitação de recursos humanos, estudos e pesquisa, inovações pedagógicas para crescimento do processo ensino-aprendizagem buscando a superação do fracasso escolar, até a cooperação técnica aos Sistemas de Ensino que visasse a implementação de currículos e metodologias.

Com relação às Universidades Confessionais, Comunitárias e Filantrópicas, estas poderiam apresentar suas propostas apenas na Linha II, cabendo às IES Públicas a exclusividade dos recursos da SESu/MEC, em suas ações de integração com a sociedade.

A questão da cidadania, tema central do VIII Encontro, foi vista na forma de que “seria pretensioso e paradoxal particularizar a questão (...) como responsabilidade exclusiva da Extensão Universitária” (Documento Final, 1994).

Portanto, o Fórum fez as seguintes recomendações que pudessem orientar as ações nesta área específica:

- 1 o engajamento das universidades na luta pela cidadania plena através da efetiva articulação com instituições e organismos da sociedade brasileira, sociedade civil e política, igualmente

comprometida com as transformações do quadro de exclusão vigentes;

- 2 a atuação junto ao sistema de ensino público como uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania;
- 3 a ação cidadã da universidade implicando repensar as suas relações internas à luz dos valores da cidadania, estimulando processos que visem a eliminar as distorções que persistem em seus quadros.

Pelo exposto, pode-se acentuar a grande atuação deste Fórum na busca da garantia dos mecanismos institucionais, para a continuidade do Programa de Fomento à Extensão e a ampliação das áreas extensionistas, oportunizando sua institucionalização como prática acadêmica no interior das IES.

Em 1995, com Fernando Henrique Cardoso, as propostas neoliberais são fortalecidas e são elaboradas várias políticas na área da saúde, da administração pública e da educação.

No âmbito da educação as políticas enfatizaram: prioridade para o ensino obrigatório de I Grau, a valorização da escola e a sua autonomia, modernização gerencial do ensino, utilização e divulgação de modernas tecnologias educacionais, a progressiva atuação do MEC, tido como capaz de gerenciar e acompanhar as políticas públicas na área da educação e ainda como órgão articulador destas políticas no nível federal, estadual e municipal.

Repetindo a antiga afirmativa de que a razão de ser da universidade está em ser “elemento estratégico do desenvolvimento nacional”, o IX Encontro Nacional de Extensão”, realizado em Fortaleza/CE, elege como tema “A articulação da Extensão Universitária com os Projetos Estratégicos de Desenvoltimentos Regionais e Nacionais”.

As definições finais acentuam a convicção de que a universidade pública deveria se “envolver crítica e objetivamente na definição das políticas públicas e que dessem conta das demandas das pessoas e da coletividade, colaborando assim para a definição do papel do estado brasileiro”, conforme notas no documento final. Neste sentido, foi considerada a diversidade da

realidade brasileira, que impõe desafios a serem superados através de práticas articuladoras de caráter coletivo. Portanto, o encontro considerou que este envolvimento se daria através das práticas articuladoras de sentido coletivo, com outros Fóruns e com outras instâncias.

Esta análise fundamentou a argumentação de que as universidades deveriam estimular as iniciativas apresentadas na “Carta de Manaus” (CRUB, 1993), através de ações de pesquisa e extensão, voltadas para os problemas relacionados com a miséria e a fome e para a viabilização de formas de auto-sustentação de todos os brasileiros. Assim, implicitamente, aceitou-se a participação das IES públicas no Projeto Universidade Solidária, embora oficialmente o Fórum não tenha recebido nenhum convite para debater o referido Projeto.

O documento, “Perfil da Extensão Universitária”, elaborado no final de 1994, foi discutido neste Encontro. Chegou-se à conclusão de que, apesar das diretrizes políticas terem sido tratadas desde o I Encontro, na prática existiam alguns desvios e dificuldades de implementação.

Dentre os temas novamente suscitados, a prestação de serviços, a assistência em hospitais universitários, a educação continuada e a questão cultural foram amplamente discutidos com objetivos de definição de políticas implementáveis, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto do ponto de vista estratégico. Também a implementação de Banco de Dados assume preocupação central nas discussões, por considerá-lo imprescindível no intercâmbio entre as IES públicas de todo o País.

Finalmente, em termos de uma análise dos documentos finais deste Encontro, a partir das recomendações deste Fórum e dado que já se anunciava uma certa desobrigação do governo para com as universidades, o que é facilmente perceptível é a própria proposta de autonomia tão fortemente defendida pelo MEC.

Neste contexto, há uma generalizada desmobilização de todos os segmentos sociais, de modo específico, a categoria docente, limitações de recursos delimitados na Linha 1 de financiamento e, contrariamente o fortalecimento da Linha 2, deixa transparecer um certo retrocesso da universidade, e do próprio Fórum Nacional de Pró-Reitores, no sentido de construção de uma Instituição de Ensino Superior democrática, articulada e

comprometida com a resolução dos problemas da grande maioria da população brasileira. O que ficou constatado é que as diretrizes políticas trabalhadas desde a criação do Fórum (1987) via-se deturpada, tendo em vista as ações assistencialistas previstas no Projeto Universidade Solidária, recuperando, embora de maneira não fidedigna, o antigo Projeto Rondon. Tudo isto repercutiu na escolha da temática do X Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, "Por uma Política Nacional de Extensão," realizado em Belém, em abril de 1996. Pela colocação do tema pode-se pressupor que após uma grande período de discussões e tentativas de efetivação de uma política para a extensão, apesar de tudo, a sua inexistência se mostra evidente.

A partir desse contexto, fica claro que a extensão só se concretizará, enquanto prática acadêmica, no momento em que sua proposta de ação global e sua inserção forem discutidas institucionalmente e nos departamentos, definindo as suas linhas de ensino e pesquisa em função das exigências da realidade. É importante ressaltar que "numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino" (Santos, 1997: 225).

O recorte histórico trabalhado no presente estudo nos indica que há ainda toda uma problemática a ser tematizada e a ser construída. Outros questionamentos emergirão, e isto nos aponta que a extensão tem um potencial rico de se pensar a universidade do ponto de vista da sua vida acadêmica e da sua função social. Esta função será tão mais rica na medida do cumprimento de suas funções.

Referências

- ALMEIDA, Maria Zeneide C. M. (1991). *Extensão Universitária: uma terceira função*. Campinas/SP: FE/Universidade Estadual de Campinas, (Dissertação de Mestrado)
- BAIBICH, Tânia Maria (1995). Perfil nacional da extensão universitária nas universidades públicas brasileiras. *Cadernos de Extensão*, Curitiba/PR, v.1, nº 1.

- BOTOMÉ, Sílvio Paulo (1982). *Extensão universitária no Brasil: a administração de um equívoco*. São Carlos/SP: Universidade Federal de São Carlos.
- BOTOMÉ, Sílvio Paulo (1996). *Pesquisa alienada e Ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis: Vozes.
- BRANDÃO, Zaia (org) (1994). *A crise dos paradigmas e a educação*. São Paulo: Cortez.
- BRASIL. PRESIDENTE, 1990/1995 (F. Collor) (1991). *Brasil: um projeto de reconstrução nacional*. Brasília/DF.
- BUARQUE, Cristovan Ricardo Cavalcante (1991). *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CARDOSO, Míriam Limoeiro (1989). Educação: Ensino público e gratuito para todos. In F. Whitaker *et alli*, *Cidadão Constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CUNHA, Luiz Antonio (1986). *A universidade temporã*. 2 ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- CUNHA, Luiz Antonio (1978). *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- CUNHA, Luiz Antonio (1989). *Qual universidade?* São Paulo: Cortez.
- FAGUNDES, José (1986). *Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas*. Campinas: UNICAMP.
- FARIA, Dóris Santos de (2000). Extensão Universitária: um quadro para o futuro próximo. *Participação*, Brasília, ano 4, n.7, julho.
- FILIPOUSKI, Ana Maria Ribeiro (1996). Impactos da atividade de extensão na universidade. *Utopia & Ação*. Porto Alegre, ano 1, n.2.
- FORQUIN, Claude (1993). *Escola e Cultura*. Trad. Guacira L. Louro. Porto Alegre/RS: Artes Médicas.
- FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (1993). *Ata da Comissão Nacional/Comitê Assessor de Extensão Universitária*. Brasília.
- FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Relatórios e Anais dos Encontros Nacionais, 1987-1996*.
- FREIRE, Paulo (1988). *Extensão ou comunicação*. 9.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GARRAFA, Volnei (org.) (1989). *Extensão — a universidade construindo saber e cidadania: relatório de atividades 1987/1988*, Brasília: Ed. da Universidade de Brasília.
- GOHN, Maria da Glória (1992). *Sociedade Civil e Educação*, Campinas/SP: Papirus; CEDES: São Paulo; ANDE: ANPEd, (Coletânea CBE).
- GURGEL, Roberto Mauro (1986). *Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?* São Paulo: Cortez.
- LUNA, Sérgio (1992). Prestar serviços ou pesquisar: algumas distinções necessárias. *Universidade e Educação*. Campinas/SP: Papirus.
- MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho (1987). O “movimento dos Pró-Reitores”: uma nova dimensão da ação do Conselho de Reitores. *Educação Brasileira*, Ano VIII, n. 18, Brasília, 1. sem.

- MAZZILI, Sueli (1996). Notas sobre indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. *Universidade e Sociedade*. São Paulo: ANDES, ano VI, n. 11, p. 4-10.
- MEC/SESu (2000). *Plano Nacional de Extensão Universitária-Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. Brasília: MEC/SESu.
- MOROSINI, Marília (1994). *Universidade no Mercosul*. São Paulo: Cortez.
- REIS, José Hilário dos (1992). A Institucionalização da Extensão. *Educação Brasileira*, v.14, n.28, jan./jun, p.67-81.
- RODRIGUES, Marilúcia de Menezes Rodrigues (1983). *Extensão Universitária: conteúdo ideológico e a prática da dominação*. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP (Dissertação de Mestrado em Educação).
- RODRIGUES, Marilúcia de Menezes Rodrigues (1997). *A Universidade analisada sob o parâmetro da extensão*. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP (Tese de Doutorado em Educação).
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1995). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- SILVA, Tomaz Tadeu de (1993). *Teoria crítica em tempos pós-modernos*. Porto Alegre/RS: Artes Médicas.
- SOUZA, Ana Luiza Lima (2000). *A história da extensão universitária*. Campinas, SP: Alínea.
- XXIV CONAD (1992). *Textos e Propostas*.
- VIEIRA, Sofia Lerche (1980). *Universidade Federal nos anos 80: o jogo da política educacional*. São Paulo, PUC (Tese de Doutorado).

VISITING HISTORY — 1980-1995: THE UNIVERSITY EXTENSION PROGRAMME IN THE PERSPECTIVE OF THE NATIONAL FORUM OF 'PRÓ-REITORES' OF BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITIES

Abstract

The work analyses the extension programme that has been carried out since 1980 in forums of Pró-Reitors for extension programme of the Brazilian public universities. At the present time, the extension programme is a challenge for the institution in the sense that principles should be established to guide the process. The forum considers that extension programmes are part of the academic work, which is to be understood as an organic and continuous process. From this stand point, extension programmes turn to be understood as an educative, cultural, technical, scientific process, articulating teaching and research in an integrated way and, also guaranteeing the relationship that promotes changes between university and society.

EN EXAMINANT L'HISTOIRE — 1980-1995: EXTENSION UNIVERSITAIRE DANS LA PERSPECTIVE DU FORUM NATIONAL DE PRO-RECTEURS DES UNIVERSITÉS PUBLIQUES BRÉSILIENNES

Résumé

Ce travail analyse l'extension comme faisant partie des discussions des Forums de Pro-Recteurs des Universités Publiques Brésiliennes, dès 1980. Actuellement, les activités d'extension représentent un défi pour les universités. Le Forum considère cette activité comme une partie du "faire" académique, lequel doit être compris comme un processus organique et continu. Et, dans cette perspective, l'extension se fait comprendre comme un processus éducatif, technique et scientifique, lequel articule l'enseignement et la recherche de façon indissociable et permet la relation transformatrice entre l'université et la communauté.

Toda a correspondência relativa a este artigo deve ser enviada para: Marilúcia de Menezes Rodrigues, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Brasil. E-mail: marilucia@ufu.br